

Distribuição de renda, inclusão financeira e  
regime de metas para a inflação: compatibilidade  
ou conflito? Evidências para o caso brasileiro  
(2006-2016)

Gabriel Petrini da Silveira   RA 155468

Instituto de Economia - UNICAMP

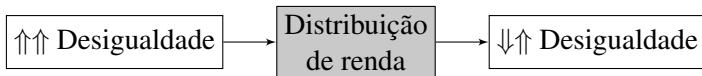
2018

O período a ser analisado pode ser caracterizado como **crescimento econômico com inclusão social**:

- Crescimento com inflação (relativa) baixa
- *Boom de commodities*
- Crescimento da demanda externa
- Política de salário mínimo e crescimento do emprego
- Melhora (relativa) na distribuição de renda
- *Boom de crédito*

**OBS:** Rolim (2017, rascunho) não foi incluído na bibliografia

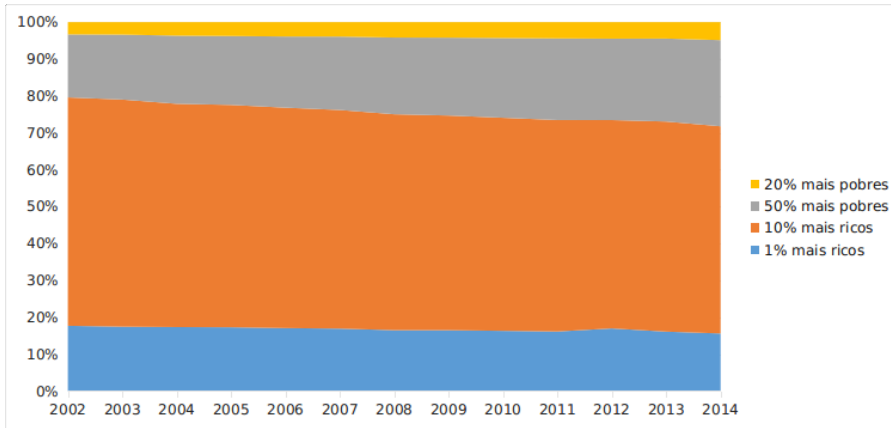
Figura: Desigualdade e distribuição de renda



A ideia da Figura 1 é mostrar que a distribuição de renda foi o meio de redução da desigualdade

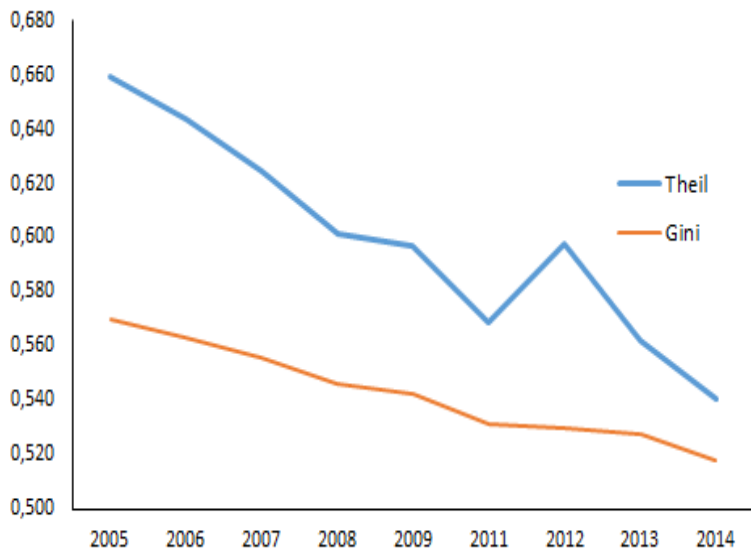
# Distribuição de renda

Participação na renda domiciliar (percentis selecionados)



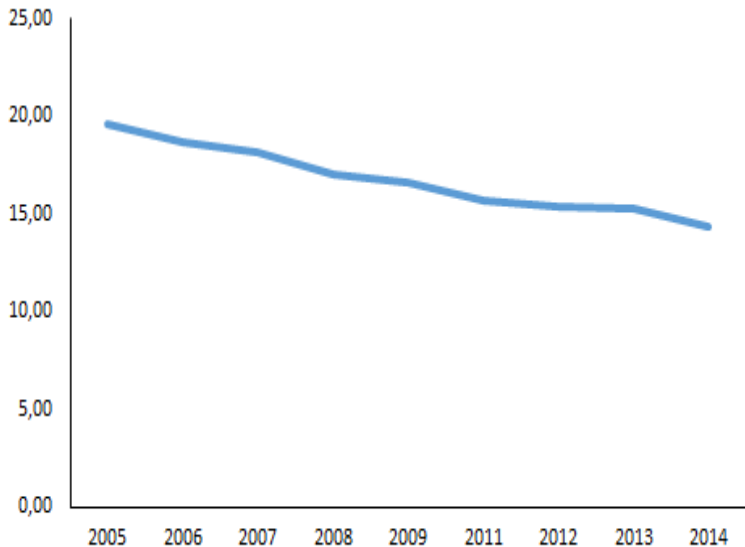
# Desigualdade

## Índice de Theil e Gini



# Um breve retrato do período

Razão entre a renda dos 10% mais ricos e a renda dos 40% mais pobres



# Determinantes da redistribuição de renda (2006-2016)

Analizando agora os mecanismos de distribuição da renda em favor dos salários. Os principais instrumentos foram:

- Aumentos reais do salários mínimo
- Políticas de transferência de renda
- **Inclusão financeira**

## Hipótese

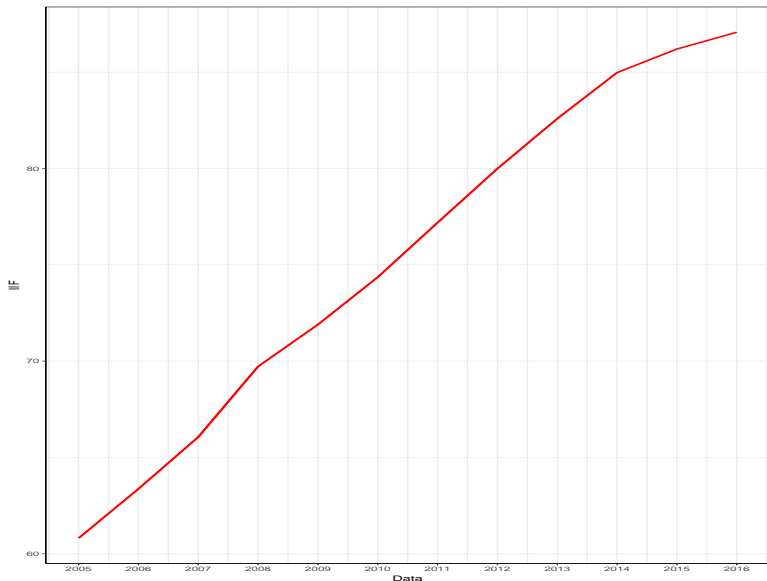
Tais medidas ficaram restritas à esfera da conjuntura, ou seja, não implicaram em uma mudança **estrutural**

Na literatura, a inclusão financeira é vista como aumento da relação bancária entre adultos. Desse conceito desdobram alguns temas correlatos:

- Aprimoramento institucional
- Microcrédito e cooperativas de crédito
- Desburocratização



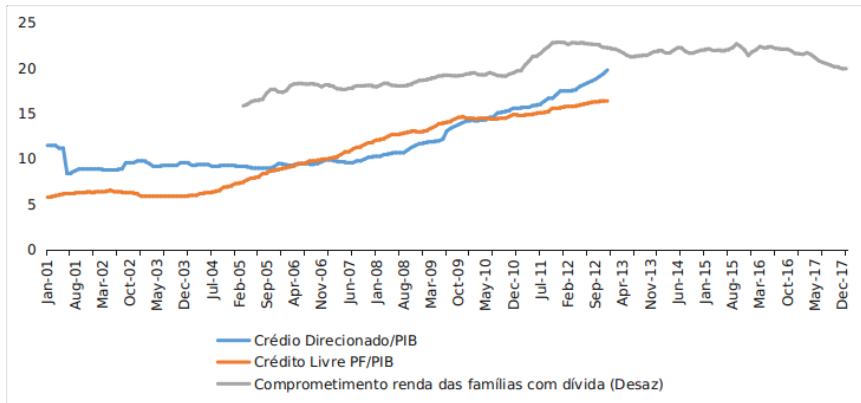
# Percentual de adultos com relacionamento bancário



No entanto, a inclusão financeira não será aqui compreendida como um mero aprimoramento institucional. Neste caso, será tratada como uma política deliberada de ampliação do sistema bancário na dinâmica econômica via expansão do crédito em extratos específicos da renda. Nesses termos, não é entendida como uma bancarização, mas sim como uma **desmarginalização bancária**.

# Inclusão financeira

## Expansão do crédito



Antes de prosseguir, é preciso evidenciar alguns pontos. Foram destacados dois elementos:

- Distribuição de renda (Estrutural)
- Inclusão financeira (Conjuntural)

A interpretação desse episódio requer a análise de outra esfera: **Institucional**. Por ser de fundamental importância para a operacionalidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o ambiente institucional a ser analisado é o Regime de Metas para a inflação.

# NCM e o Regime de metas para a inflação

Neste arcabouço:

**Principal instrumento** Taxa de juros de curto prazo

**Aparato institucional** Regime de Metas para a Inflação

**Objetivo** Estabilização da inflação

**Figura:** Canal de transmissão

$$\Delta i \Rightarrow \Delta r \Rightarrow \Delta C \& \Delta I \Rightarrow \Delta AD \Rightarrow \Delta Y \& \Delta UN \Rightarrow \Delta (y - \bar{y}) \Rightarrow \Delta \pi$$

Fonte: **Fontana2009**

**Fontana2009** destaca alguns problemas do Regime de metas:

- Viés de desemprego
- Efeitos distributivos
- Efeitos de instabilidade financeira

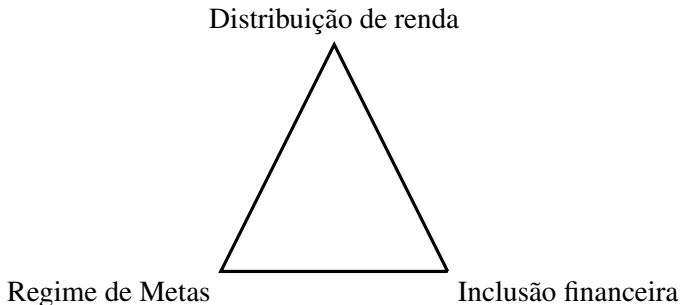
*Os efeitos distributivos, por suas vez, decorrem de dois impactos da taxa de juros. O primeiro deles é o repasse dos custos financeiros para os preços. Isso ocorre porque, do ponto de vista das firmas, os juros são uma fonte de custo. Assim, sob uma estrutura de mercado oligopolizada, estes custos recairão sob os consumidores. O segundo impacto diz respeito à riqueza financeira. Isso decorre do fato que os juros são parâmetros de valorização da riqueza privada, favorecendo o setor rentista em detrimento do setor produtivo. (SILVEIRA, 2017, p. 23)*

## Regima de Metas e Distribuição de renda

Tanto o favorecimento do setor rentista quanto os efeitos negativos sobre a distribuição de renda são temas constantemente relatados na literatura. O que diferencia esta investigação das demais é a caracterização desses efeitos em uma estrutura societária muito desigual em que houve uma crescente participação do sistema bancário na dinâmica do consumo. Tendo em vista tais mudanças é que se pretende avaliar se houve ou não um conflito neste arranjo político-institucional-estrutural.

# Compatibilidade ou conflito?

Trindade distributiva impossível?





A principal hipótese levantada desse estudo é que este **arranjo** gerou uma relação conflituosa entre os objetivos de política econômica, os instrumentos utilizados e o ambiente institucional. No entanto, essa conclusão não implica em impossibilidade de distribuição de renda a favor dos salários, mas sim de que tal objetivo deve ser perseguido de outra maneira:

- Reformulação do regime de metas para se adequar à especificidade do Brasil: elevada desigualdade
- Distribuição de renda ser feita à partir de mudanças na estrutura, dificultando sua reversão e diminuindo a endogeneização de seus limites

- Índice de Theil-L
- Percentis
  - 10% em relação aos 40
  - 50%, 40%, 10% e 1%
- Base de dados WID
- World Bank (Comparação internacional)

- Índice de inclusão financeira global (IFI - *Global Index*)
- Séries temporais do BCB
  - Adultos com relacionamento bancário por região, faixa etária
  - Clientes detentores de contas por faixa de depósito de poupança
  - Saldo de consórcio
  - SCFIs
  - Crédito livre e direcionado à Pessoa Física
  - Comprometimento da renda das famílias com dívida
- Outras séries relacionadas

O material consultado será dividido em três categorias para cada um dos itens a serem analisados:

- Literatura teórica
- Análise comparativa internacional
- Debate para o caso brasileiro

Estas categorias bibliográficas tem como objetivo orientar e contextualizar o tema proposto assim como anteceder a análise dos dados especificados anteriormente

Esta apresentação tentou explicitar o caminho a ser trabalho por esta pesquisa sem, no entanto, utilizar uma metodologia própria e única. A princípio, estuda-se a possibilidade de utilizar a metodologia *Agent Based*.

**Vantagem** É uma metodologia que se ajusta bem em situações em que a heterogeneidade dos agentes econômicos importa além de ser uma contribuição para esta fronteira de pesquisa

**Desvantagem** Além da dificuldade operacional de se construir tal modelo, há a desvantagem de sem uma abordagem ainda em construção e muitos instrumentos necessários podem ser mais difíceis de serem utilizados

O presente estudo tem limitações evidentes que, apesar de não invalidarem os argumentos apresentados, devem ser analisadas e tentarão ser contornadas ao longo da pesquisa:

- Abordagem fica muito restrita à política econômica e pouco diz sobre a economia política

**Resposta:** Tais fatores serão evidenciados em um capítulo a parte (Introdução e conclusão)

- Regime de Metas não é o único (e talvez mais importante) elemento institucional

**Resposta:** A presente abordagem não nega a importância das demais, apenas evidencia a incompatibilidade gerada pelo arranjo

## Possíveis críticas e respostas (continuação)

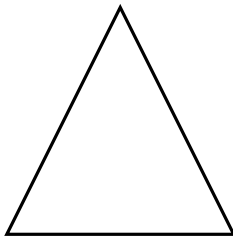
- Distribuição funcional da renda em favor dos salários requer aumento na produtividade

**Resposta:** Tal hipótese precisa ser analisada, mas foge do escopo deste trabalho

- E o setor externo e a GFC?

**Resposta:** Tais perturbações serão analisadas, em menor detalhe, na medida que os dados forem apresentados

Distribuição de renda



Regime de Metas

Inclusão financeira



# Referências bibliográficas I

Em construção



AGHION, Philippe; BOULANGER, Julian; COHEN, Elie et al.  
**Rethinking industrial policy.** Bruegel Brussels, 2011.



ALMEIDA, Mansueto de. Padrões de política industrial: a velha, a nova e a brasileira. In: O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate. 2013. p. 273–93.



ARESTIS, P. New consensus macroeconomics: A critical appraisal. **Cambridge Centre for Economic and Public Policy**, 2009.



ARESTIS, P. What is the New Consensus in Macroeconomics? In: THERE a new Consensus in Macroeconomics? 2007.



ARESTIS, Philip. New Consensus macroeconomics and Keynesian critique. **Macroeconomic Policies on Shaky Foundations–Whither Mainstream Economics**, 2009.

# Referências bibliográficas II

Em construção



ARESTIS, Philip; DUNN, Stephen P.; SAWYER, Malcolm. Post Keynesian Economics and Its Critics. **Journal of Post Keynesian Economics**, Informa UK Limited, v. 21, n. 4, p. 527–549, jul. 1999.



ARESTIS, Philip; SAWYER, Malcolm. New consensus macroeconomics and inflation targeting: Keynesian critique. **Economia e Sociedade**, SciELO Brasil, v. 17, SPE, p. 629–653, 2008.



BACHA, Edmar. Bonança externa e desindustrialização: uma análise do período 2005-2011. In: **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. 2013. p. 97–120.



BALTAR, Paulo. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. 2015.



BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de estudos Brasileiros**, n. 58, p. 263–288, 2014.

# Referências bibliográficas III

Em construção



**BIANCARELLI, André M.** Uma nova realidade do setor externo brasileiro, em meio à crise internacional. v. 13. 2012.



**BIELSCHOWSKY, Ricardo.** Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. 2013.



**BLANCHARD, Olivier J et al.** The sustainability of fiscal policy: New answers to an old question. **NBER Working Paper No. 1547**, 1991.



**CARNEIRO, Ricardo.** Navegando a contravento: (Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff). **Texto para discussão**, n. 289, mar. 2017. ISSN 0103-9466.



**CARVALHO, Fernando J de.** Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. 1988.

# Referências bibliográficas IV

Em construção



CINTRA, Marco Antônio Macedo. O financiamento das contas externas brasileiras: 1995-2014. **Dinâmica macrossetorial brasileira. Brasília: Ipea**, p. 131–178, 2015.



CROTTY, James. The effects of increased product market competition and changes in financial markets on the performance of nonfinancial corporations in the neoliberal era. **PERI Working Paper No. 44**, 2002.



DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, Taylor & Francis, v. 30, n. 2, p. 279–302, 2007.



DIEGUES, Antônio Carlos. **Desindustrialização e “Doença Brasileira”**. 2017. Disponível em:  
<<http://www.vermelho.org.br/noticia/269034-1>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

# Referências bibliográficas V

Em construção



**FORSTATER, Mathew.** Toward a New Instrumental Macroeconomics: Abba Lerner and Adolph Lowe on Economic Method, Theory, History, and Policy. 1998.



**HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando.** Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. pt. **Brazilian Journal of Political Economy**, scielo, v. 37, p. 189–207, mar. 2017. ISSN 0101-3157. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572017000100189&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000100189&nrm=iso).



**KEYNES, John Maynard.** A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Atlas São Paulo, 1982.



**LAVOIE, Marc.** Post-Keynesian Economics: New Foundations. Edward Elgar Pub, 2014. ISBN 9781847204837.

# Referências bibliográficas VI

Em construção



LERNER, Abba P. Functional finance and the federal debt. **Social research**, JSTOR, p. 38–51, 1943.



LIN, Justin Yifu. New Structural Economics: A Framework for Rethinking Development 1. **The World Bank Research Observer**, Oxford University Press, v. 26, n. 2, p. 193–221, 2011.



LOPREATO, Francisco. **Caminhos Da Política Fiscal No Brasil**. Editora Unesp, 2013. p. 7–62.



MAIOR, PLANO BRASIL. **Plano Brasil maior: inovar para competir**. v. 25. 2015.



MAZZUCATO, Mariana. The Entrepreneurial State: debunking private vs. public sector myths. **Anthem, London**, 2013.

# Referências bibliográficas VII

Em construção



MORAIS, José Micaelson Lacerda;  
O'DE LIMA JÚNIOR, Francisco do. Política industrial do Governo  
Lula: desenvolvimentista ou corretiva de falhas de mercado.  
**Encontro Regional de Economia**, v. 15, n. 2010, p. 1–20, 2010.



NASSIF, André. As armadilhas do tripé da política macroeconômica  
brasileira. **Revista de Economia Política**, FapUNIFESP (SciELO),  
v. 35, n. 3, p. 426–443, set. 2015.



NELSON, Richard R. What enables rapid economic progress: What  
are the needed institutions? **Research Policy**, Elsevier, v. 37, n. 1,  
p. 1–11, 2008.



PRADO, Eleutério. A construção das diferenças entre os economistas.  
**Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 9,  
p. 5–23, 2001.

# Referências bibliográficas VIII

Em construção



REINHART, Carmen; ROGOFF, Kenneth. **Growth in a Time of Debt**. Jan. 2010.



RODRIK, Dani. **Normalizing industrial policy**. International Bank for Reconstruction e Development/The World Bank, 2008.



SANTOS, Flávio Arantes dos; LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. **O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do Plano Real ao segundo Governo Lula**. Abr. 2016.



SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. **Instituto de Economia Unicamp: Texto para discussão**, n. 209, 2017.



SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, v. 11, n. 2, 2012.





**SILVA, Jose Alderir.** O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate.. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 2, 2013.



**SILVEIRA, Gabriel Petrini da.** **Política Fiscal e(m) Grande Recessão: uma análise com Consistência entre Fluxos e Estoques.** 2017. Diss. (Mestrado) – IE-Unicamp.



**SINGER, André.** CUTUCANDO ONÇAS COM VARAS CURTAS O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos**, Centro Brasileiro de Analise e Planejamento, n. 102, p. 43, 2015.



**STIGLITZ, Joseph E; LIN, Justin Yifu; MONGA, Celestin.** Introduction: the rejuvenation of industrial policy. In: **THE Industrial Policy Revolution I.** Springer, 2013. p. 1–15.



**TEAM, R Core. R: A Language and Environment for Statistical Computing.** Vienna, Austria, 2014. Disponível em:  
<<http://www.R-project.org/>>.



**VERGNHANINI, Rodrigo. O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000.** 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Rio de Janeiro.



**WREN-LEWIS, Simon. A general theory of austerity.** 2016.